

Deficientes Militares, quem são?

- São considerados Deficientes Militares, os cidadãos militares, ex-militares e civis equiparados, que em resultado de acidente e/ou doença considerado como ocorrido e/ou relacionado com o serviço militar, sejam julgados física e psiquicamente incapazes para o serviço militar mediante parecer da junta médica do respetivo ramo, homologada pelo Chefe de Estado-Maior do Ramo.
 - n.º 1 do art.º 162.º do Decreto-Lei n.º 90/15, de 29 de maio – EMFAR (QP)
 - n.º 1 do art.º 265.º do Decreto-Lei n.º 90/15, de 29 de maio – EMFAR (RV/RC)
 - art.º 44.º da Lei n.º 174/99, de 21 de setembro – Lei do Serviço Militar
 - art.º 72.º do Decreto-Lei 289/00, de 14 de novembro – Reg. da Lei do Serviço Militar
- Normalmente, aos cidadãos militares, ex-militares e civis equiparados considerados Deficientes Militares, é paga pela Caixa Geral de Aposentações uma pensão por invalidez – Estatuto de Aposentação - Decreto-Lei n.º 498/72 ou uma pensão ou remição por acidente de trabalho ou doença profissional – Regime dos Acidentes de Trabalho e das Doenças Profissionais na Administração Pública – Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro.

Deficientes Militares Pensionistas, tipologias

• Deficiente das Forças Armadas (DFA)

Os militares e ex-militares, qualificados por despacho Ministerial, como Deficientes das Forças Armadas, por acidente e/ou doença qualificado como ocorrido em serviço de Campanha ou equiparado e com uma desvalorização igual ou superior a 30% relacionada com esse acidente e/ou doença, nos termos do n.º 2 do art.º 1.º e alínea b) do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro.

A Caixa Geral de Aposentações efetua o cálculo e paga a pensão e respetivos suplementos, após publicação em Diário da República da 2.ª Série.

Revisão do grau de incapacidade no Ramo.

• Pensionista por Invalidez (PPI)

Os militares e ex-militares, que não foram qualificados por despacho Ministerial, como Deficientes das Forças Armadas, por não reunirem um dos requisitos constantes do n.º 2 do art.º 1º (serviço de Campanha ou equiparado) e da alínea b) do n.º 1 do art.º 2.º (30%) do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro.

Nestes casos, compete sempre à junta médica da Caixa Geral de Aposentações, estabelecer o grau de incapacidade final, que poderá não coincidir com o grau de incapacidade atribuído pela junta médica do Ramo.

A Caixa Geral de Aposentações, é a entidade competente para reconhecer ou não o direito a uma pensão de invalidez, nos seguintes termos:

- **Estatuto de Aposentação** - Decreto-Lei n.º 498/72, desde que os factos que originam a pensão tenham ocorrido antes de 01/05/2000.
A Caixa Geral de Aposentações efetua o cálculo e paga a pensão, após publicação em Diário da República da 2.ª Série
- **Regime dos Acidentes de Trabalho e das Doenças Profissionais na Administração Pública** – Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, desde que os factos que originam a pensão tenham ocorrido depois de 01/05/2000.
A Caixa Geral de Aposentações efetua o cálculo e paga a pensão, mas não há publicação em Diário da República.

Revisão do grau de incapacidade no Ramo, se cumpre o requisito de serviço de Campanha ou equiparado.

Revisão do grau de incapacidade na Caixa Geral de Aposentações, se não cumpre o requisito de serviço de Campanha ou equiparado.

- **Deficiente Civil das Forças Armadas (DCFA)**

Os cidadãos portugueses que, não sendo militares, mas como elementos pertencentes a corporações de segurança e similares ou como civis, colaboraram em operações militares de apoio às Forças Armadas durante o conflito do Ultramar, foram qualificados por despacho Ministerial, como Deficientes Civis das Forças Armadas, por acidente e/ou doença qualificado como ocorrido em serviço de Campanha ou equiparado e com uma desvalorização igual ou superior a 30% relacionada com esse acidente e/ou doença, nos termos do n.º 2 do art.º 1.º e alínea b) do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 319/84, de 1 de outubro.

A Caixa Geral de Aposentações efetua o cálculo e paga a pensão e respetivos suplementos, após publicação em Diário da República da 2.ª Série.

Revisão do grau de incapacidade no Ramo.

- **Pensionista por Invalidez Civil (PIC)**

Os cidadãos portugueses que, não sendo militares, mas como elementos pertencentes a corporações de segurança e similares ou como civis, colaboraram em operações militares de apoio às Forças Armadas durante o conflito do Ultramar, e que não foram qualificados por despacho Ministerial, como Deficientes Civis das Forças Armadas, por não reunirem um dos requisitos constantes do n.º 2 do art.º 1º (serviço de Campanha ou equiparado) e da alínea b) do n.º 1 do art.º 2.º (30%) dos termos do DL n.º 43/76, de 20 de janeiro, mas a quem a Caixa Geral de Aposentações reconheceu o direito a uma pensão de invalidez, nos termos do DL n.º 498/72, de 9 de dezembro.

Nestes casos, compete sempre à junta médica da Caixa Geral de Aposentações, estabelecer o grau de incapacidade final, que poderá não coincidir com o grau de incapacidade atribuído pela junta médica do Ramo.

A Caixa Geral de Aposentações, é a entidade competente para reconhecer ou não o direito a uma pensão de invalidez, efetuar o cálculo e pagar a pensão, após publicação em Diário da República da 2.ª Série.

Revisão do grau de incapacidade na Caixa Geral de Aposentações.

- **Grande Deficiente das Forças Armadas (GDFA)**

Os militares e ex-militares que não foram qualificados por despacho Ministerial, como Deficientes das Forças Armadas, por não reunirem o requisito constante do n.º 2 do art.º 1º (serviço de Campanha ou equiparado) do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro, mas a quem a junta médica da Caixa Geral de Aposentações atribuiu uma percentagem de incapacidade igual ou superior a 60%, nos termos do Decreto-Lei n.º 314/90, de 13 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 146/92, de 21 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 248/98, de 11 de agosto, e reconhecendo o direito a uma pensão de invalidez nos termos do Decreto-Lei, n.º 498/72, de 9 de dezembro.

Nestes casos, compete sempre à junta médica da Caixa Geral de Aposentações, estabelecer o grau de incapacidade final, que poderá não coincidir com o grau de incapacidade atribuído pela junta médica do Ramo.

A Caixa Geral de Aposentações, é a entidade competente para reconhecer ou não o direito a uma pensão de invalidez, efetuar o cálculo e pagar a pensão, após publicação em Diário da República da 2.ª Série.

Revisão do grau de incapacidade na Caixa Geral de Aposentações.

- **Grande Deficiente do Serviço Efetivo Normal (GDSEN)**

Os ex-militares do Serviço Militar Obrigatório/Serviço Efetivo Normal, não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro e pelo Decreto-Lei n.º 314/90, de 13 de junho, qualificados por despacho do General Chefe do Estado Maior do Ramo, como Grandes Deficientes do Serviço Efetivo Normal, nos termos do Decreto-Lei n.º 250/99, de 7 de julho, por terem sofrido um acidente e/ou doença sem relação com o serviço, mas durante a sua prestação (ex. licença de fim de semana), e que tenham adquirido uma percentagem de incapacidade igual ou superior a 80% atribuída pela junta militar.

Nestes casos, compete sempre à junta médica da Caixa Geral de Aposentações, estabelecer o grau de incapacidade final, para efeitos do cálculo e pagamento do abono suplementar de invalidez (80% a 89,99%) e prestação suplementar de invalidez (90% a 100%).

A Caixa Geral de Aposentações, é a entidade competente para reconhecer ou não o direito a estes suplementos. Não há pensão de invalidez.

Revisão do grau de incapacidade na Caixa Geral de Aposentações.